

Literatura e ética animal no Brasil

*Evely Vânia Libanori*¹

Resumo: O estudo avalia a forma como o ser humano se relaciona com os animais tanto na Literatura como na nossa cultura, e tem como su-porte teórico a Ética Animal, campo da filosofia que propõe a ética sen-ciocêntrica na forma como interagimos com os animais. Nesse sentido, os animais, como seres dotados de sensibilidade e de consciência, merecem a mesma consideração ética dirigida aos seres humanos. O capítulo centra-se nos autores que tiveram a preocupação em problematizar a condição do animal não humano em nossa cultura. As crônicas de Machado de Assis são o primeiro texto a ser estudado, em função do incômodo ético do autor quanto ao fato de usarmos os animais como comida e força de trabalho. O “Conto alexandrino” é também examina-do, já que trata da crueldade cometida contra os animais de laboratório. Clarice Lispector é a autora que, no Brasil do século XX, representa a voz dos animais, visto que sua produção poética é marcada pela presença dos animais como seres com os quais as personagens têm ligação existencial. Há personagens que veem o ato de comer carnes como violência, resquício da ancestralidade humana que deveria ser eliminado. Regina Rheda, autora contemporânea, em *Humana festa*, levanta temas ecofeministas. O patriarcado e o machismo são os culpados pelo cenário social em que mulheres e animais são seres inferiores e à disposição do homem. Por fim, o estudo apresenta a produção literária incipiente no Brasil, mas já expressiva, que tem sido denominada “literatura animalista abolicionista” e que se marca pela ideia de que os animais me-

¹ Professora de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Maringá, Brasil. Sua publica-ção recente inclui *Nós os Animais*. Editora de Resenha na RILE/JILE, Revista da ASLE-Brasil. E-mail: <lievorama@gmail.com>.

recem ser tratados com ética, visto que são seres inteligentes, sensíveis e autoconscientes.

Palavras-chave: Ética Animal. Literatura Brasileira. Direitos dos Animais.

Literature and animal ethics in Brazil

Abstract: This study evaluates the relationship between human and non-humans beings both in literature and culturally. As theoretical support, I will use some of the presuppositions, related to Animal Ethics, the field of philosophy that proposes the sentiocentric ethics to regulate the way we interact with animals. In this sense, animals, as nonhuman beings endowed with sensitivity and conscience, deserve the same ethical consideration granted to human beings. The present discussion focuses on authors who are concerned with questioning the condition of the nonhuman animal in our culture. In Machado de Assis short story “Conto Alexandrino”, he criticised the use of animals as food and work force. The narrative deals with the cruelty committed against animals. In the twentieth century, Clarice Lispector is the author who represents the “voice of animals”. Her literary production characterizes the animals for their existential connections. There are characters who see the act of eating meat as violence and a trace of human ancestry that should be eliminated. Regina Rheda, contemporary Brazilian writer, discusses ecofeminist themes. Patriarchalism and machismo are blamed for the social scene in which women and animals are treated as inferior beings and at the disposal of man. In general, the present discussion emphasizes the incipient but highly significant literary production in Brazil that has been denominated “abolitionist animal rights literature” which is marked by the idea that the animals deserve to be treated as equals since they are intelligent beings, sensitive and self-conscious. **Keywords:** Animal Ethics. Brazilian Literature. Animal Rights.

Introdução

Em 17 de março de 2017, o Brasil conheceu os resultados da Operação Carne Fraca, a maior operação já realizada até então pela Polícia Federal, que investigou a fiscalização das carnes comercializadas por vinte e um frigoríficos e contou, nessa investigação, com mil e cem agentes. A mega operação descobriu que funcionários do Ministério da Agricultura re-

cebiam suborno para liberar carnes para consumo sem que essas carnes passassem pela fiscalização necessária. Os frigoríficos-alvo da operação pertenciam aos dois maiores gigantes produtores e exportadores de carnes, a José Batista Sobrinho (JBS) e a Brasil Foods (BRF). A Operação Carne Fraca mostrou a remarcação do prazo de validade em carnes vencidas, o uso de produtos cancerígenos para disfarçar a cor e o cheiro das carnes em putrefação, o uso de papelão em carnes embutidas. A descoberta da Polícia Federal virou notícia no Brasil e no mundo. A União Europeia, China, Coreia do Sul, Chile suspenderam a importação de carnes brasileiras, que só foi retomada depois de muita negociação e garantias do governo brasileiro quanto ao rigor na fiscalização.

Durante semanas, o principal assunto das redes sociais da Internet foi a Operação Carne Fraca. O ato de comer carne era discutido no Brasil todo. As pessoas estavam assustadas e enojadas com a possibilidade de terem comido carne vencida, ou, para não usar, eufemismos, carne podre. O movimento vegano ganhou visibilidade porque os carnistas se interessaram em saber de que forma a carne poderia ser substituída na alimentação. A carne era o centro da discussão. No entanto, o que se viu foi o absoluto desinteresse das pessoas em relação àquele a quem a carne pertencia desde o nascimento, ou seja, o animal não humano. A preocupação era com a qualidade da carne que comiam e, em nenhum momento, questionaram o tratamento dispensado ao animal criado e assassinado para que seu corpo fosse transformado em comida. O que se esperava, em algum momento, era que as pessoas pensassem nessa linha de raciocínio: “se fazem isso com o consumidor, se não se preocupam com a saúde das pessoas, o que será que fazem com o animal, que não pode se defender e nem reclamar?” Nem a Operação Carne Fraca, nem os carnistas se importaram com os indivíduos de cujos corpos as carnes vieram. Esses continuam sendo o que sempre foram, ou seja, os esquecidos, os apagados da consideração moral em nossa cultura.

Em maio de 2017, os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do frigorífico JBS, mostraram um escandaloso esquema de corrupção na política brasileira, envolvendo o próprio presidente da República, e também senadores e deputados federais e estaduais. A JBS é anunciada como a maior produtora de “proteína animal” do mundo. A exploração do corpo do animal abastece os bolsos dos multimilionários irmãos Batista e garante a ri-

queza de milhares de políticos. O animal, sem sombra de dúvida, dá muito, muitíssimo lucro. E, apesar de todo o alarde: silêncio em relação ao modo como os animais são manipulados para que seus corpos sencientes e suas mentes conscientes sejam transformados em “proteína” ... Silêncio... Empresários e políticos não estão preocupados com isso, pois veem os animais como fonte de lucro. E o consumidor, voltado para o próprio paladar, não se incomodou com a vida daquele que chegou retalhado ao seu prato. Se pensou, não se manifestou. O acordo social tácito em relação ao animal vivo que é cruelmente assassinado continuou o que sempre foi: “vamos não falar disso”.

E, apesar de toda a polêmica em relação à carne do gado brasileiro, parece que estamos longe da higiene necessária para a comercialização do “produto”. Em 22 de junho o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos suspendeu a importação de toda a carne fresca vinda do Brasil. O motivo é o fato de que a carne apresenta muito mais abscessos do que o permitido por lei. E abscesso, como se sabe, é o acúmulo de pus em cavidade da pele. A reação à vacina contra a febre aftosa teria causado os abscessos. A suspensão da importação causou celeuma também no Brasil, pois os frigoríficos que importam para os Estados Unidos são os mesmos que fornecem carne para o mercado interno. Tal como aconteceu em março, as pessoas se mostraram enojadas com o fato de estarem comendo formações purulentas. Ora, os abscessos são extremamente doloridos, portanto, o animal portador deles sofreu muito. Em relação ao sofrimento do animal: sempre o silêncio...

O animal vivo não é lembrado, mas os pedaços dele estão muito presentes na nossa alimentação, quase inteiramente animalizada. É muito difícil ir a um restaurante (e a uma casa de família) e encontrar um prato que não tenha secreções e partes dos corpos dos animais. Quase tudo que

servido contém leite, ovos e carnes. E a nossa cultura faz de tudo para que não pensemos no animal que deve morrer para virar comida. As escolas não promovem idas culturais a frigoríficos, granjas, galpões de criação intensiva. Os frigoríficos são, estrategicamente, localizados na periferia das cidades. A indústria da pecuária esconde o processo de matar os animais. Paul McCartney, ativista da libertação dos animais, afirmou: “Se os frigoríficos tivessem paredes de vidro, todos seriam vegetarianos”.

...Mas não da nossa literatura

Tivemos, no século XIX, um entusiasta da defesa animal: ninguém menos que Machado de Assis! Em crônicas e contos, o escritor abordou o carnivorismo, os direitos dos animais, o uso dos animais em experimentos científicos, as touradas. Todos os textos de que vamos tratar foram, inicialmente, publicados no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Mais tarde, os textos foram publicados em coletâneas específicas.

A motivação para a escrita da crônica “Carnívoros e vegetarianos” foi uma greve de açougueiros em março de 1893, ocasião em que o escritor declara ter sido vegetariano por vários dias. Machado vê o vegetarianismo como nobreza de caráter e sinal de desapego material. Segundo ele, o pa-raíso cristão é definido pelo vegetarianismo e o fruto proibido seria, na verdade, a carne. A “proibição” consistiria no derramamento do corpo do ser inocente. O escritor reconhece a violência no hábito de se comer carne, quando afirma que “a arte disfarça a hediondez da matéria. O cozinheiro corrige o talho. Pelo que respeita o boi, a ausência de um vulto inteiro, faz a gente esquecer que come um animal”. (ASSIS, 1994, p. 157). O autor ante-cipava a ideia do “referente ausente”, da filósofa feminista vegana Adams (2012, p. 79, grifo do autor):

Por meio do retalhamento, os animais se tornam referentes ausentes. Os animais com nome e corpo tornam-se ausentes *como animais* para que a carne exista. A vida dos animais precede e possibilita a existência da carne. Se eles estiverem vivos, não poderão ser carne. Assim, o corpo morto substitui o animal vivo. Sem animais não haveria consumo de carne, mas eles estão au-sentes do ato de comer carne, por terem sido transformados em comida.

A noção do animal como “referente ausente” explica a indiferença das pessoas em relação aos animais vivos que são transformados em “coste-la”, “picanha”, “alcatra”, eufemismos que escondem o fato de que se trata de pedaços de um animal que morreu com medo, com dor e contra a sua vontade.

Há pessoas que acomodam a consciência com a prática do “abate humanitário”. Ainda que o abate humanitário fosse mesmo humanitário (e nós vemos com a Operação Carne Fraca o descaso com os animais), o

problema não se resolve com a morte suave do animal. O problema ético perdura, tenho em vista que os animais ditos “de produção” continuam sendo nada mais do que “produtos”. Para nós, o “abate humanitário” é uma contradição, uma vez que não existe forma humanitária de assassinar um ser que não quer morrer. E é, também, um eufemismo falar em “abate”. Por que não falamos “assassinato”? Porque queremos minimizar a violência cometida contra os animais, seres indefesos que não têm condições de se defender da nossa capacidade de fazer mal a eles.

No conto “O direito dos burros” (1894), um burro que puxa carroça conversa com o narrador sobre a sua condição de explorado. O animal explica para o interlocutor os sofrimentos pelos quais passa em sua condição de animal usado como tração. Ele lembra que, na Inglaterra, os tutores são punidos quando constatados os maus-tratos para com os animais. O burro pede que o narrador ajude a classe dos animais explorados: “Sei que o senhor se dá com gente de imprensa, e vim aqui lhe pedir que interceda por mim e por uma classe inteira, que merece alguma compaixão [...]”. (ASSIS, 1994, p. 100). O burro descreve a rotina de trabalho dele e dos seus companheiros: “embora deitando a alma pela boca, puxamos os carros e os ossos. Apanhamos de chicote, de ponta de pé, de ponta de rédea, de ponta de fer-ro”. (ASSIS, 1994, p. 101). A reivindicação do burro mostra o realismo peculiar de Machado, atento ao egoísmo e ao materialismo como componentes do perfil humano: “Não exijo cadeia para os nossos opressores, mas uma pequena multa e custas, creio que serão eficazes. O burro ama só a pele; o homem ama a pele e a bolsa. Dê-se-lhe na bolsa; talvez a nossa pele padeça menos”. (ASSIS, 1994, p. 102). Machado, ao se fazer a voz do burro, deve ter contribuído para o surgimento da primeira associação protetora dos animais. Em 1895, um ano depois de publicado o conto, foi criada, na cidade de São Paulo, a União Internacional Protectora dos Animaes (UIPA), a primeira associação protetora dos animais do Brasil. A UIPA rapidamente se tornou uma entidade forte na defesa dos animais junto ao poder público e população. Em 1910, graças aos esforços da UIPA, foram proibidas as tou-radas que aconteciam na Praça da República e que fizeram muito sucesso durante o início do século XX. Alcântara Machado, jurista e escritor, esteve frente da diretoria da entidade.

Em 1883, o escritor publicou o “Conto Alexandrino”. Nesta época, as investigações científicas eram consideradas a forma pela qual poder-se-ia

chegar ao verdadeiro conhecimento das coisas. Acreditava que o cientificismo, ou seja, a aplicação dos métodos das ciências naturais aos outros campos do conhecimento, era a verdadeira forma de se fazer ciência. O espaço do conto é a Alexandria, no século II d. C, e a fábula é o dia a dia de dois filósofos, Pítias e Stroibus, que acreditam que a essência humana provém dos animais. Eles vivissecionam ratos aos milhares, procurando provar a tese de que, ao beber o sangue de ratos, um homem honesto se torna um ladrão. Os dois cientistas, aplicam, um no outro, doses de sangue de rato. Ambos começam a roubar, mas a vontade de roubar já havia neles, mesmo antes da aplicação do sangue dos ratos. Primeiro, eles roubam as ideias um do outro e, depois, roubam livros da Biblioteca de Alexandria. São pegos em flagrante e condenados à morte, mas, antes da morte são entregues aos mesmos tipos de experiências científicas que faziam em ratos. De forma, ao mesmo tempo trágica e irônica, o autor denuncia os excessos e as crueldades cometidas em nome da crença de que a ciência experimental poderia resolver os problemas humanos. Abaixo, temos a descrição da forma como os ratos são vivissecionados:

Stroibus engaiolava os ratos; depois, um a um, ia-os sujeitando ao ferro. Primeiro, atava uma tira de pano no focinho do paciente; em seguida, os pés, finalmente, cingia com um cordel as pernas e o pescoço do animal à tábua da operação. Isto feito, dava o primeiro talho no peito, com vagar, e com vagar ia enterrando o ferro até tocar o coração, porque era opinião dele que a morte instantânea corrompia o sangue e retirava-lhe o princípio. Hábil anatomista, operava com uma firmeza digna do propósito científico. Outro, menos destro, interromperia muita vez a tarefa, porque as contorções de dor e de agonia tor-navam difícil o meneio do escalpelo; mas essa era justamente a superioridade de Stroibus: tinha o pulso magistral e prático. Ao lado dele, Pítias aparava o sangue e ajudava a obra, já contendo os movimentos convulsivos do paciente, já espiando-lhe nos olhos o progresso da agonia. As observações que ambos faziam eram notadas em folhas de papiro; e assim ganhava a ciência de duas maneiras. Às vezes, por divergência de apreciação, eram obrigados a escalar maior número de ratos do que o necessário; mas não perdiam com isso, porque o sangue dos excedentes era conservado e ingerido depois. Um só desses casos mostrará

a consciência com que eles procediam. Pítias observara que a retina do rato agonizante mudava de cor até chegar ao azul claro, ao passo que a observação de Stroibus dava a cor de canela como o tom final da morte. Estavam na última operação do dia; mas o ponto valia a pena, e, não obstante o cansaço, fizeram sucessivamente dezenove experiências sem resultado definitivo; Pítias insistia pela cor azul, e Stroibus pela cor de canela. O vigésimo rato esteve prestes a pô-los de acordo, mas Stroibus advertiu, com muita sagacidade, que a sua posição era agora diferente, retificou-a e escalpelaram mais vinte e cinco. Destes, o primeiro ainda os deixou em dúvida; mas os outros vinte e quatro provaram-lhes que a cor final não era canela nem azul, mas um lírio roxo, tirando a claro. A descrição exagerada das experimentações deu rebate à porção sentimental da cidade, e excitou a loqüela de alguns sofistas; mas o grave Stroibus (com brandura, para não agravar uma disposição própria da alma humana) respondeu que a verdade valia todos os ratos do universo, e não só os ratos, como os pavões, as cabras, os cães, os rouxi-nóis, etc”. (ASSIS, 1995, p. 304-305).

A descrição precisa sobre o método “científico” da morte dos ratos expõe a crueldade dos experimentos e o sofrimento atroz dos animais. A “divergência de apreciação” e a “consciência com que procediam” mostram a fina ironia machadiana com relação à desnecessária vivisseccção dos animais e à ausência de limites morais para o uso dos animais. A crueldade dos experimentos contrasta com a “brandura” com que Stroibus rebate os argumentos de pessoas sensíveis e contrárias aos experimentos. Afinal, os “sentimentos” não têm lugar na ciência experimental... Para Stroibus a “verdade valia todos os ratos do universo, e não só os ratos, como os pavões, as cabras, os cães, os rouxinóis, etc.” (ASSIS, 1995), o que mostra a visão da ciência do século XIX e que perdura pelo século XXI de que os animais, principalmente os ratos, não passam de instrumentos para testes. Tal como acontecia no século XIX, ainda hoje, os ratos são os animais preferidos para serem vítimas da “ciência” em estabelecimentos de ensino e em laboratórios de cosméticos e perfumaria no Brasil. E não é porque tenham semelhança neurológica, metabólica ou anatômica com os seres humanos. Os motivos são de ordem financeira, como nos explicam os biólogos animalistas abolicionistas Greif e Tréz (2000, p. 7):

São animais pequenos, mansos, fáceis de manter, se alimentam pouco, ocupam pouco espaço e produzem prole numerosa, fornecendo um número grande de animais para a pesquisa por um menor preço. No entanto, os dados obtidos destes animais geralmente não são aceitos como satisfatórios para a aplicação em seres humanos, levando à pesquisa em animais de outras espécies.

A vivissecção como parte dos testes científicos é permitida no Brasil. Em 2013, a União Europeia proibiu os testes científicos em animais pela indústria de cosméticos e perfumes. Nesse mesmo ano foi proibida a venda de cosméticos e produtos de higiene pessoal testados em animais ou que contenham substâncias testadas em animais. No Brasil, os ativistas se esforçam para que o país siga o exemplo dos países da União Europeia, mas estamos longe disso. Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei que visa restringir o uso de animais em experiências científicas. No entanto, isso não é visto ainda como uma conquista, pois o que os ativistas pedem é o fim de todos os testes e não algumas restrições. Nas universidades não há restrições quanto ao uso dos animais em experimentos científicos. Animais são o objeto de trabalho em várias áreas de ensino como ciências veterinárias, medicina, biologia, farmácia e psicologia. Entre as disciplinas nas quais os animais são usados estão anatomia, anestesiologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia, zoologia, cirurgia, neurocirurgia e urologia. Os animais mais comumente usados são ratos, cães, camundongos, gatos, coelhos e pássaros, e nas ciências veterinárias, ruminantes como vacas e ovelhas. Em 2005, foi criado o Conselho de Ética no Uso de Animais (CEUA) que estabelece critérios éticos para a utilização dos animais nos procedimentos de pesquisa. A atuação dos CEUA acontece no momento de proposta dos projetos de pesquisa. Não há possibilidade de que os Comitês fiscalizem se, de fato, as pesquisas seguem os critérios éticos propostos nos projetos.

A vivissecção será abordada ainda em outro conto de Machado de Assis: “A causa secreta”, publicado em 1896. O conto é narrado em terceira pessoa e conta a relação de amizade entre Garcia e Fortunato. García é médico recém-formado, Fortunato vive de rendas. É tido como exemplo de altruísmo em sua cidade. Ele chega a construir uma casa de saúde e

ele mesmo se dedica aos cuidados dos doentes em estado terminal. Nin-guém, a não ser ele, poderia administrar remédios cáusticos aos pacientes. As pessoas aplaudiam o desvelo e a dedicação de Fortunato: “Não recuava diante de nada, não conhecia moléstia aflitiva ou repelente, e estava sempre pronto para tudo, a qualquer hora do dia ou da noite. Toda a gente pasmava e aplaudia”. (ASSIS, 1995, p. 221). Sob o pretexto de estudar fisiologia e anatomia “ocupava-se nas horas vagas em rasgar e envenenar gatos e cães”. (ASSIS, 1995, p. 222). Certa vez, o amigo Garcia presencia, sem querer, a tor-tura de um rato. Fortunato corta, com uma tesoura, uma a uma, todas as patas de um rato. A decepção é feita lenta e cuidadosamente. A cada pata cortada, o cotoco é chamuscado em líquido flamejante, a fim de cauterizar a amputação, de forma a controlar a sangria e prolongar o sofrimento do animal. Para ele, a agonia do rato é motivo de êxtase: “com um sorriso único, reflexo de alma satisfeita, alguma coisa que traduzia a delícia íntima das sensações supremas, Fortunato cortou a terceira pata ao rato, e fez pela terceira vez o mesmo movimento até a chama”. (ASSIS, 1995, p. 224). A descrição da tortura submetida ao animal é das mais impactantes cenas de atrocidade da literatura brasileira. O conto levanta questões sobre o ser e o parecer. Trata-se de um indivíduo extremamente inteligente e perspicaz, e que age a fim de exercer o seu sadismo. Aos olhos da sociedade, ele se faz de boa alma, quando funda, com seu próprio dinheiro, uma casa de saúde. O sadismo justifica o fato de ele não arredar pé do leito dos doentes terminais e de fazer questão de administrar os remédios cáusticos, justamente os que causam mais dor. A “causa secreta” e, portanto, inacessível ao olhar dos outros, é o fato de ele se regozijar com a agonia dos enfermos e dos animais, ou seja, de todos que podem sofrer. Fortunato é um psicopata que se passa por cientista altruísta. Os animais são suas vítimas perfeitas, uma vez que eles não têm nenhum meio de defesa. Estudos apontam que os assassinos em série matam e torturam animais antes de matar e torturar humanos. Em fevereiro de 2016, os Estados Unidos passaram a ver os crimes contra os animais como crimes contra a sociedade. O Agência Federal de Investigação (FBI) passou a incluir os abusadores de animais em um sistema nacional de dados sobre criminosos e vítimas. Crimes contra animais são, agora, classificados de modo semelhante à classificação de crimes contra humanos.

Clarice Lispector e a compaixão para com os animais

No século XX, Clarice Lispector é a primeira voz expressiva quanto à problematização da forma como o ser humano se relaciona com os ani-mais. A carne é pensada como o que é: o corpo de um animal morto. O fato de que nos alimentamos de um ser em que corre sangue nas veias é visto como violência para com os animais e essa violência é a origem do incômodo ético das personagens. Comer sangue é entendido como truculência, rastro de nossa ancestralidade que poderia ter sido eliminado. Necessário destacar que nem a autora nem suas personagens se tornaram vegetarianas ou veganas. Clarice não teve tempo para tomar contato com as ideias sobre abolição animal. A obra considerada o marco das ideias de ética para com o animal no mundo ocidental, *Animal Liberation*, de Peter Singer, foi publicada em 1975. A autora morreu em 1977. As personagens de Clarice se sentem inquietas com a própria consciência quando se dão conta de que dispõem da vida e do corpo do animal. *Em Perto do coração selvagem*, Joana lembrará, anos depois, de um momento em que observou com atenção um homem comendo carne e se sentiu incomodada com a cena:

E as mãos, as mãos. Uma delas segurando um garfo espetado num pedaço de carne sangrenta – não morna e quieta, mas vivíssima, irônica, imoral –, a outra crispando-se na toalha, arranhando-a nervosa na ânsia de já comer novo bocado. As pernas sob a mesa marcavam compasso a uma música inaudível, a música do diabo, de pura e incontida violência. A ferocidade, a riqueza de sua cor... Avermelhada nos lábios e na base do nariz, pálida e azulada sob os olhos miúdos. Joana estremecera arrepiada diante de seu pobre café [...]. O gosto do mal – mastigar vermelho, engolir fogo adocicado. (LISPECTOR, 1998, p. 19-20).

Joana observa, principalmente, a mão do homem, o fato de ele, de livre e deliberada vontade, comer o “pedaço de carne sangrenta”. A adjetivação usada para nomear a carne é inusitada. A carne é “sangrenta”, “não morna e quieta”, “vivíssima”, “irônica” e “imoral”. Tais adjetivos revelam a perturbação emocional que a carne provoca em Joana. Sendo “sangrenta”, a carne “vivíssima”, pois o sangue é a vida, ou seja, a carne não é “morna”, nem “quieta”, mas é viva, o que constitui talvez, a ironia observada por Joana.

O ato de comer a carne marca uma espécie de ritual satânico, pois o movimento das pernas do homem parece obedecer ao ritmo de uma “música do diabo, de pura e incontida violência”. Ainda, a carne tem o “gosto do mal”. A metonímia e sinestesia “mastigar vermelho”, justaposta à metáfora “engolir fogo adocicado” corroboram os índices relativos ao sangue, à vio-lência e ao ritual diabólico que envolvem o ato de comer a carne. Comer a carne é comer o vermelho do sangue do outro animal, é engolir o “fogo adocicado”. O doce não é o sabor do sangue, que tem gosto suave, quase neutro. Mas é o sabor que mais se aproxima, pois, definitivamente, o san-gue não é azedo, nem amargo, nem salgado. O sangue é um “fogo adocica-do”, pois o fogo destrói a vida, sem possibilidade de regeneração. Comer a carne, segundo Joana, é experimentar o “gosto do mal”.

No conto “O jantar”, de *Laços de família*, o narrador não nomeado está jantando em um restaurante e, em seu prato, há carne. Ele não consegue mais comer quando observa um idoso se alimentando de carne:

Porque agora desperto, virava subitamente a carne de um lado e de outro, examinava-a com veemência, a ponta da língua apare-cendo – apalpava o bife com as costas do garfo, quase o cheira-va, mexendo a boca de antemão. E começava a cortá-lo com um movimento inútil de vigor de todo o corpo. Em breve levava um pedaço a certa altura do rosto e, como se tivesse que apanhá-lo em voo, abocanhava num arrebatamento de cabeça. Olhei para o meu prato. Quando fitei-o de novo, ele estava em plena glória do jantar, mastigando de boca aberta, passando a língua pelos dentes, com o olhar fixo na luz do teto. (LISPECTOR, 2009, p. 76-7).

A carne é comida com voracidade. O senhor come de forma grotesca, com a boca aberta, ora com a língua para fora, ora passando a língua nos dentes. O bife é servido no prato e é comido com garfo e faca, mas as reações do idoso lembram um animal carnívoro comendo a presa: a carne é virada, apalpada, cheirada. E, enquanto examina a carne, o homem mexe a boca e põe a língua para fora. Por fim, a carne é cortada e abocanhada em um “ar-rebatamento de cabeça”. À observação dessa cena, segue-se o pensamento do narrador sobre a carne em seu próprio prato: “Eu não podia mais, a carne no meu prato era crua, eu é que não podia mais. Porém, ele – ele comia”. O adjetivo “crua” remete à carne em seu estado natural. Quando cozida e

temperada, a carne é tão-somente alimento culturalmente aceito. Ao vê-la “crua”, o narrador é remetido ao estado selvagem anterior à civilização e então ele “não podia mais”, o que o faz rejeitar a carne e a selvageria que vem com ela, refletida pelas ações do idoso. Os momentos finais do conto expõem a epifania que toma conta do narrador, ou seja, o momento que a situação mais comum e os gestos mais corriqueiros comportam sentidos imprevistos. Este momento desequilibra as certezas estabilizadas e culturalmente aceitas e faz o narrador pensar seus próprios atos:

Mas eu sou um homem ainda.

Quando me traíram ou assassinaram, quando alguém foi embora para sempre, ou perdi o que de melhor me restava, ou quando soube que vou morrer – eu não como. Não sou ainda esta potência, esta construção, esta ruína. Empurro o prato, rejeito a carne e o seu sangue. (LISPECTOR, 2009, p. 81).

Alguma coisa aconteceu com o narrador e ele se sente nauseado com a carne. A observação do idoso comendo teve como consequência a convicção de não querer ser como ele. A cena observada foi, para o narrador, uma situação limite, tal como seria uma “traição”, “assassinato” ou morte. Empurrar o prato e rejeitar a carne e o seu sangue é recusar-se a ser truculento como o aquele que come o corpo do animal.

O conto “O crime do professor de Matemática”, também constante no volume de contos *Laços de família*, tematiza o abandono de um cachorro e expõe a culpa de quem o abandonou. A fábula é a seguinte: um homem não nomeado e identificado apenas pela sua profissão de “professor de Matemática” encontra um filhote de cachorro abandonado e o adota. Dá a ele o nome de José. O cachorro é incorporado à família e é amado pelos dois filhos do professor. Anos depois, a família precisa se mudar de cidade, e es-posa e sogra enfatizam o incômodo que seria levar o cachorro na mudança. As crianças choram, mas o professor decide abandonar o cão. O professor não se esquece desse fato e, anos depois, dá-se conta de que praticou um crime e se sente mal com a própria consciência. Andando na rua, ele encontra um cão desconhecido morto. Então, ele leva o corpo do cão até uma colina para enterrá-lo, o que seria a forma de se redimir do abandono do outro cão, no passado. O enterro é descrito como um ritual cristão de ex-

piacção dos pecados. As ações do professor são comparadas às ações de fiéis que, na missa, procuram o perdão dos pecados. O professor enterra o cão desconhecido, mas continua se sentindo mal. Então, o desenterra porque pensa consigo que o mal que ele causou não merece perdão.

O excerto a seguir é o pensamento do professor no momento em que ele está enterrando o cão desconhecido:

Mas só tu e eu sabemos que te abandonei porque eras a possibilidade constante de eu pecar o que, no disfarçado de meus olhos, já era pecado. Então pequei logo para ser logo culpado. E este crime substitui o crime maior que eu não teria coragem de cometer”, pensou o homem cada vez mais lúcido. “Há tantas formas de ser culpado e de perder-se para sempre e de se trair e de não se enfrentar. Eu escolhi a de ferir um cão”, pensou o homem. “Porque eu sabia que esse seria um crime menor e que ninguém vai para o Inferno por abandonar um cão que confiou num homem. Porque eu sabia que esse crime não era punível”.

Sentado na chapada, sua cabeça matemática estava fria e inteligente. Só agora ele parecia compreender, em toda sua gélida plenitude, que fizera com o cão algo realmente impune e para sempre. Pois ainda não haviam inventado castigo para os grandes crimes disfarçados e para as profundas traições. Um homem ainda conseguia ser mais esperto que o Juízo Final. Este crime ninguém o condenava. Nem a Igreja. “Todos são meus cúmplices, José. Eu teria que bater de porta em porta e mendigar que me acusassem e me punissem: todos me bateriam a porta com uma cara de repente endurecida. Este crime ninguém me condena. Nem tu, José, me condenarias. Pois bastaria, esta pessoa poderosa que sou, escolher de te chamar – e, do teu abandono nas ruas, num pulo me lamperia a face com alegria e perdão”. (LISPECTOR, 2009, p. 124).

A cena expõe a conversa mental do professor com José, o cachorro abandonado. O cachorro é a “possibilidade constante de eu pecar”, ou seja, o animal, pelo fato de ser indefeso está sempre exposto aos atos da maldade humana. Abandonar um cachorro pode ser a substituição de um “crime maior” e passível de ser punido pela lei. O uso das palavras “crime” e “pe-

cado” é do próprio narrador. A Igreja é duramente criticada no conto, dada a sua indiferença ante o tratamento dispensado aos animais. O professor lembra que nem mesmo o Juízo Final, o momento em que todos os pecados e virtudes estarão às claras, condenará a pessoa que tiver abandonado um animal. Então, todos os que comungam com o código da moral cristã são “cúmplices” do abandono do cão. O abandono de José foi um crime, um pecado, mas o professor estará impune para sempre, pois “ainda não haviam inventado castigo para os grandes crimes disfarçados e para as profundas traições”. O *Catecismo da Igreja Católica* explica a relação dos cristãos com os animais quando aborda a aplicabilidade do sétimo mandamento: “Não roubarás”. Segundo a Igreja Católica (2002, p. 672-3), “O sétimo mandamento exige o respeito pela integridade da criação. Os animais, tal como as plantas e os seres inanimados, são naturalmente destinados ao bem comum da humanidade, passada, presente e futura”. Uma vez que os animais ocupam a mesma categoria de importância que as plantas e os seres inanimados, o ato de abandonar um cachorro pode ser um pecado menor. O Catecismo admite o uso dos animais em benefício e proveito dos seres humanos:

Deus confiou os animais ao governo daquele que foi criado à Sua imagem. É, portanto, legítimo servimo-nos dos animais para a alimentação e para a confecção do vestuário. Podemos domesticá-los para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres. As experiências médicas e científicas em animais são práticas moralmente admissíveis desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p. 673).

Uma vez que a Igreja vê como legítima a exploração dos animais para benefício humano, e admite a domesticação deles “para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres”, o abandono de um cão não seria assim, um ato de tamanha gravidade moral que justificasse a consciência atormentada do professor. E é a constatação de que ninguém o pune da sua covardia aquilo que faz sua consciência doer mais. Se o professor tivesse se guiado apenas pelos códigos morais da Igreja Católica, não sentiria tamanho peso na consciência.

Maus-tratos a animais não constavam na lista de pecados capitais, estabelecida no século XIII por Tomás de Aquino, e não constam na lista de

pecados atualizados pelo Vaticano em 2008 e adaptados à era da globalização. Os novos pecados são: experiência com células tronco, uso de drogas, poluição do meio ambiente, agravamento da injustiça social, riqueza excessiva, violações bioéticas. A ética para com os animais não foi lembrada. A vileza praticada pelo professor contrasta com a bondade do animal abandonado: “Pois bastaria, esta pessoa poderosa que sou, escolher de te chamar – e, do teu abandono nas ruas, num pulo me lambeiras a face com alegria e perdão. Eu te daria a outra face a beijar”. (LISPECTOR, 2009, p. 124). O perdão é um dos atos básicos da fé cristã e um dos mais difíceis, pois requer o esquecimento do mal feito, tal como se o mal não tivesse existido. Só o cachorro é capaz de tanta benignidade ou santidade. O perdão, certamente, não é dirigido a todos que usam e abandonam os animais sem problemas éticos com isso. Não seria possível perdoar os que fazem o mal intencionalmente. Em *Acertos abolicionistas: a vez dos animais*, Sônia Felipe levanta a crueldade humana para com os “animais de tração”. Um cavalo que puxa charrete reflete justamente sobre o perdão:

Me perguntas se é possível haver algum perdão? Toda gente que me faz tanto mal está sempre a usar a cota limitada de perdão para se perdoar, ao se locupletar com os prazeres que tem em me explorar e matar. Mas se me exploram, torturam e matam, se concedem todo o perdão a si mesmos, de onde arrancaria, eu, o perdão para o que me fazem? Estou exaurido. Em todos os sentidos. Quero a minha liberdade e o meu descanso, antes. Depois, se forças me sobrarem e perdão ainda houver, pensarei em algum, então. Não para tudo, nem para todos, certamente, não! (FELIPE, 2014, p. 68).

Perdoar é ato complexo para quem perdoa. E deve ser também para o perdoado. Ele deve se arrepender de verdade. E as pessoas não se arrependem do que fazem aos animais no dia a dia. Pelo contrário, elas inventam mais e mais formas de exploração, o que exclui a possibilidade de perdão para elas.

O racional professor de Matemática pensa que o ato de bondade para com o cão desconhecido limpará a mácula moral inscrita em sua biografia quando abandonou o próprio cão. E todo o texto se compõe de ações e gestos premeditados, como quem celebra uma cerimônia religiosa para, depois, pedir algo a seu Deus. Repetidamente, o professor ajeita a roupa,

examina o cenário, olha para o cão, respira. O enterro do cão é o fim do ritual. Espera-se, então, o sossego do tormento moral em que vive o professor, o que não acontece. Ele se dá conta de que o abandono do cachorro não é um ato que mereça perdão. O homem desenterra o cachorro, desfazendo o ritual e apagando a intenção que havia. E é justamente o fato de o professor recusar o perdão que mostra a verdade do seu arrependimento. Assumir-se culpado de um crime sem perdão e escolher levar consigo a dor da culpa é o que prova a dignidade moral do professor. Talvez, porque tenha reconhecido que não merece o perdão, fosse o caso de perdoá-lo. Ao final do conto, o cão José mudou o homem para sempre e mudou os seus valores éticos.

A integração humana entre seres humanos e animais em Clarice é uma ultrapassagem da atual visão especista, que entende a vida dos animais para o ser humano e não com o ser humano. A conduta moral das personagens leva em conta o animal. Ainda, os animais são os seres com os quais as personagens estão em contato existencial. As personagens veem a animalidade no animal e no humano. Não há, em Clarice, a sistematização das ideias sobre Ética Animal porque esse pensamento só surgirá no Brasil quarenta anos depois da morte dela. O que surpreende, nela, é a sensibilidade das personagens para ver o animal como o nosso semelhante, como o outro com o qual temos deveres éticos. Em Clarice, animais humanos e animais não humanos são, ambos, protagonistas na cena da vida.

Regina Rheda e o ecofeminismo animalista

No Brasil, em 2008, Regina Rheda publicou o romance *Humana festa*, que conta a história de Sybil e Megan, mãe e filha veganas e feministas em uma sociedade que as estranha e, por vezes, as hostiliza. A autora relaciona a exploração dos animais não humanos à exploração das mulheres. Em nossa sociedade machista e patriarcal, animais e mulheres são tidos como seres sob o domínio do homem, que tem poder para se servir de seus corpos. Trata-se, pois, de um romance ecofeminista animalista, tendo em vista que defende o direito à liberdade dos animais, das mulheres e das fêmeas não humanas. Abaixo, Megan comenta as suas ideias e as ideias da mãe com o namorado:

Explicou que o desrespeito às fêmeas da espécie humana tem a mesma fonte que a exploração das fêmeas das outras espécies.

[...]. Lembrou que a maioria dos animais abusados e mortos na indústria de exploração animal são fêmeas: vacas leiteiras, galinhas poedeiras, porcas reprodutoras. E disse que o movimento feminista nunca vai atingir seus principais objetivos enquanto não admitir que as fêmeas não humanas também têm direitos. (RHEDA, 2008, p. 44).

Na perspectiva ecofeminista animalista, a consideração moral é dirigida a todas as fêmeas exploradas. A opressão das fêmeas humanas e das fêmeas não humanas se explica pelo modelo patriarcal de dominação, que mercantiliza os corpos dos seres considerados inferiores. Portanto, é necessário estabelecer formas de relação ser humano/ecossistemas que sejam baseadas na compreensão sistêmica, em que cada ser é parte inseparável do todo. Neste novo modelo, o sofrimento do outro, seja ele da espécie que for, não pode passar despercebido, pois há unicidade entre todas as formas de vida. A ideia de que animais merecem menos consideração moral do que os humanos se baseia na cruel lógica da dominação, a mesma lógica que confere ao homem a primazia em relação às mulheres. Sendo assim,

contraditório que uma mulher defenda os direitos das outras mulheres, mas continue a explorar as fêmeas não humanas. Essas, as fêmeas não humanas, são, no mundo da exploração animal, justamente as que mais sofrem. Galinhas poedeiras e vacas leiteiras têm vida e morte miseráveis. A exploração delas se dá em função de terem nascido fêmeas. E não é mais moralmente defensável que essas fêmeas continuem sendo exploradas somente porque tiveram o azar de terem nascido em outra espécie:

Megan precisava olhar nos olhos doces e puros da vaca forçada a sucessivas gravidezes pelo escravizador que a estupra com inseminação artificial, que viola sua mama constantemente cheia e inflamada a fim de roubar seu leite, e que sequestra todos os seus filhos indefesos, no círculo vicioso de violência que é uma fazenda de gado leiteiro. (RHEDA, 2008, p. 50-51).

O romance é abertamente militante, comprometido em trazer à tona a ligação existente entre seres hoje separados pela bipartição cartesiana (humanos/animais, mulheres/homens, fêmeas humanas/fêmeas não humanas). A classificação hierárquica de seres humanos e não humanos só tem trazido violência para aqueles colocados em situação inferior. Nesse

sentido, o romance cumpre uma das funções da literatura: a de humanização. Segundo Antonio Candido (1989, p. 117), “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensíveis e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. E, uma vez que todos os animais, humanos e não humanos, são capazes de sentir com os cinco sentidos, são inteligentes e autoconscientes, eles são também o nosso semelhante. A exploração imposta a eles desde milênios pela nossa espécie não é mais moralmente defensável.

A literatura animalista abolicionista

Nos últimos cinco anos tem surgido, no Brasil, um tipo de literatura que chamo de animalista abolicionista, porque se assemelha à literatura abolicionista do século XIX, época em que os escritores românticos fizeram do texto literário arma de defesa do direito à liberdade dos negros escravos. Em 2014, eu publiquei o livro de crônicas *Nós, animais* em que trinta textos curtos problematizam a forma como nossa cultura trata os animais. Em 2016, Maurício Kanno, escritor e artista plástico, organizou a coletânea de contos *Os animais também contam*, em que cem textos, de quase cinquenta autores dão a sua mensagem de que devemos deixar os animais em paz. Em junho de 2017, Kanno organizou outra coletânea, dessa vez, de poemas, músicas e histórias em quadrinhos voltados para a abolição da escravidão dos animais. Trata-se do livro *Os animais declamam e cantam*, que conta com a participação de quarenta e sete autores de oito países.

Portanto, a Literatura tem sido um importante veículo de transmissão das ideias de abolição animal. As vozes dos animais, porque não são sons humanas, não chegam aos ouvidos e corações humanos. Ainda bem que há, na Literatura, aqueles que fazem isso por eles...

Referências

- ADAMS, Carol. *A política sexual da carne*. São Paulo: Alaúde, 2012.
- ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1994.
- ASSIS, Machado de. *Os melhores contos de Machado de Assis*. São Paulo: Global, 1995.
- ASSIS, Machado de. *Várias histórias*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

CANDIDO, Antonio. Direitos humanos e literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

FELIPE, Sônia. *Acertos abolicionistas: a vez dos animais*. São José: Ecoânima, 2014.

GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. *A verdadeira face da experimentação animal: a sua saúde em perigo*. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional Fala Bicho, 2000.

IGREJA CATÓLICA. *Catecismo da Igreja Católica*. 22. ed. São Paulo: Loyola; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LISPECTOR, Clarice. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

RHEDA, Regina. *Humana festa*. Rio de Janeiro: Record, 2008